
Sanesalto Saneamento S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sanesalto Saneamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanesalto Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Recuperabilidade do ativo intangível do contrato de concessão (teste de impairment) - Nota 7

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 44.942 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão.

Consideramos o teste de *impairment* do intangível como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa; a verificação do modelo de mensuração adotado; teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia, bem como a análise da razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções, tais como taxa de crescimento vegetativo, reajuste tarifário e taxa de desconto, mediante comparação com os orçamentos aprovados e dados de mercado. Adicionalmente, efetuamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de fevereiro de 2018, sem modificação.



Sanesalto Saneamento S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

Sanesalto Saneamento S.A.

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 30 de março de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Machado
Contador CRC PR-042584/O-7

Relatório da administração

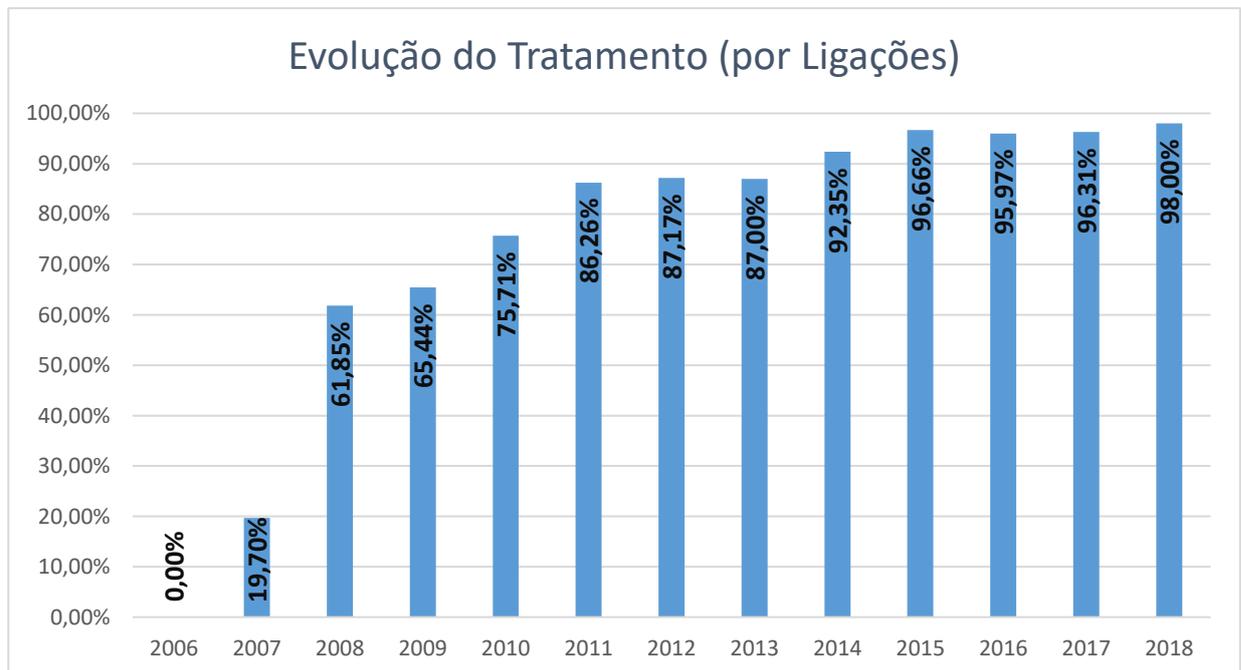
Aos acionistas e demais interessados:

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP. Compõe os serviços da concessionária:

- a) Implantação, Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos (“ETE”);
- b) Implantação de redes coletoras e estações elevatórias complementares ao sistema de esgotamento sanitário do município; e
- c) Gestão do sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como arrecadação.

Entre os anos de 2004 e 2007, a Sanesalto implantou o sistema de tratamento de esgoto e iniciou os serviços com cobertura de 65% do Município. Entre 2007 e 2018, a Companhia expandiu os serviços até completar cobertura de tratamento na totalidade das bacias previstas em contrato.

Gráfico 1 - Evolução do tratamento (por ligações)



Em 2018, fruto das boas práticas operacionais da Companhia e como reconhecimento à evolução do tratamento de esgoto do Município de Salto, a Sanesalto recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) 2018, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é considerado o mais importante do setor na América Latina e avalia a implantação de boas práticas na gestão do saneamento.

Na categoria “As melhores em gestão no saneamento ambiental”, com seis níveis de reconhecimento, Sanesalto venceu nesse ano, na sua primeira participação, o nível Cobre.

Comentário de Desempenho

O lucro líquido de R\$ 14.377 no exercício de 2017 marcou o início da reversão dos prejuízos acumulados nos períodos anteriores, que somavam (R\$ 30.775) no encerramento do exercício de 2016. Em 2018, essa tendência se confirmou e a Companhia apresentou lucro de R\$ 989 em 31 de dezembro.

A Companhia saiu de um passivo a descoberto de (R\$ 16.201) em 31.12.2016 para (R\$ 1.824) em 31.12.2017 e (R\$ 835) em 31.12.2018.

Os resultados dos últimos anos mostram a viabilidade econômico financeira da Sanesalto.

Os prejuízos acumulados dos anos anteriores foram resultado de tarifas entre 2007 e 2010 abaixo da tarifa justa, definida posteriormente em mecanismo de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, ocasionando o aumento do endividamento da Companhia e operação com prejuízos recorrentes.

Após a implantação da tarifa definida em reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, a Companhia reduziu endividamento e melhorou sua eficiência operacional, até o exercício de 2016 no qual atingiu praticamente o “breakeven”, encerrando aquele exercício com prejuízo de (R\$ 59). Como era esperado, já no ano de 2017, o resultado operacional foi positivo, somado ao resultado do PRT e PERT, e em 2018 a Companhia apresentou lucro.

Reiteramos o compromisso da Companhia em prover o tratamento de 100% do esgoto coletado da cidade de Salto, dentro da área de concessão, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico financeira dos investimentos realizados pelos debenturistas e acionistas.

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
	Notas	31/12/2018	31/12/2017		Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		4.970	12.962	Circulante		12.992	11.072
Caixa e equivalentes de caixa	3	204	545	Debêntures	8	10.345	9.675
Contas a receber de consumidores	4.1	2.998	3.137	Fornecedores		808	403
Tributos a recuperar	5	181	387	Pessoal a Pagar		182	144
Demais contas a receber		241	215	Encargos Sociais a Pagar		75	36
Partes Relacionadas	6 e 10	1.346	8.678	Encargos Tributários a pagar	9	1.204	126
				Demais contas a pagar		378	688
Não circulante		53.397	46.508	Não circulante		46.210	50.222
Partes Relacionadas - Créditos Tributários	6	8.393	-	Debêntures	8	46.092	48.992
Tributos a recuperar		-	131	Provisões para Contingências	11	118	118
Demais contas a receber		-	9	Partes Relacionadas	10	-	1.112
Imobilizado		62	43				
Intangível	7	44.942	46.325	Passivo a descoberto		(835)	(1.824)
				Capital social	12.1	2.000	2.000
				Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	12.574	12.574
				Prejuízos acumulados		(15.409)	(16.398)
Total do ativo		58.367	59.470	Total do passivo e do passivo a descoberto		58.367	59.470

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida nos serviços prestados	13	24.859	21.764
Custo dos serviços prestados	14	(8.703)	(6.633)
Lucro bruto		16.156	15.131
Despesas/(receitas) operacionais		(6.198)	(5.651)
Despesas gerais e administrativas	16	(5.205)	(5.278)
Despesas comerciais	15	(846)	(378)
Outros resultados operacionais		(147)	5
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		9.958	9.480
Resultado financeiro	17	(8.396)	(3.582)
Despesas financeiras		(8.402)	(3.678)
Receitas financeiras		6	96
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.562	5.898
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro		(573)	8.479
Corrente	20	(511)	(1.411)
Diferido	20	(62)	9.890
Lucro líquido do exercício		989	14.377
Lucro por ação			
Lucro básico por ação		0,4945	7,1885
Lucro diluído por ação		0,4945	7,1885

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	989	14.377
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>989</u>	<u>14.377</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2017	2.000	12.574	(30.775)	(16.201)
Lucro líquido do exercício	-	-	14.377	14.377
Em 31 de dezembro de 2017	2.000	12.574	(16.398)	(1.824)
Lucro líquido do exercício	-	-	989	989
Em 31 de dezembro de 2018	2.000	12.574	(15.409)	(835)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	989	14.377
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
Depreciação e amortização	3.244	3.235
Juros apropriados sobre debêntures	7.780	3.431
Juros apropriados sobre parcelamentos	-	34
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(71)	(357)
Impostos diferidos	62	(801)
(Aumento)/Redução nos Ativos		
Contas à receber de consumidores	210	190
Demais contas a receber	(17)	(253)
Tributos a recuperar	336	822
(Aumento)/Redução nos Passivos		
Fornecedores	405	(611)
Encargos tributários a pagar	1.017	815
Pessoal e encargos sociais a pagar	77	10
Impostos e contribuições parcelados	-	(895)
Partes Relacionadas	285	(8.678)
Demais contas à pagar	(310)	273
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	14.007	11.592
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(1.880)	(55)
Aquisição de títulos de dívidas	-	61
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	(1.112)	(253)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de investimento	(2.992)	(247)
Terceiros		
Amortizações de principal sobre debêntures	(6.511)	(6.010)
Amortizações de juros sobre debêntures	(3.499)	(3.765)
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	(1.346)	(1.668)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de financiamento	(11.356)	(11.443)
Decréscimo líquido no saldo de caixa	(341)	(98)
Caixa e equivalentes de caixa		
Composição do Caixa Inicial	545	643
Composição do Caixa Final	204	545

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SANESALTO SANEAMENTO S.A.**Demonstrações do valor adicionado****Em 31 de dezembro de 2018****(Valores expressos em milhares de Reais)**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas	26.610	23.702
Receitas de prestação de serviços	24.694	23.290
Receitas de construção de ativos próprios	1.845	55
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	71	357
Insumos adquiridos de terceiros	(10.313)	(8.273)
Custos, materiais, energia, serviços e outros	(10.313)	(8.273)
Valor adicionado bruto	16.297	15.429
Depreciação e amortização	(3.244)	(3.235)
Valor adicionado líquido produzido	13.053	12.194
Valor adicionado recebido em transferência	6	97
Receitas financeiras	6	97
Valor adicionado total a distribuir	13.059	12.291
Distribuição do valor adicionado	13.059	12.291
Pessoal	1.359	1.195
Remuneração direta e benefícios	1.359	1.195
Impostos, taxas e contribuições	2.565	(6.704)
Impostos, taxas e contribuições	2.565	(6.704)
Remuneração de capitais de terceiros	9.135	17.800
Juros	8.041	3.326
Aluguéis	105	97
Lucro líquido do exercício	989	14.377

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 6 de novembro de 1996. A sede está localizada na Rua Nove de Julho, 849, na cidade de Salto - SP. O objeto da Companhia é explorar, na qualidade de concessionária, a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto - SP.

1.1. Contrato de concessão

O contrato de concessão, assinado em 5 de dezembro de 1996, firmado com a Prefeitura Municipal de Salto - SP, compreende:

- a) A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado, denominada E.T.E. Santa Isabel (“Santa Isabel”), situada na região do bairro Sete Quedas;
- b) Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existente;
- c) Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Conforme aditamento contratual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032.

1.2. Alteração no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Saneamento Básico

Em 30 de abril de 2011, foi realizado o 10º Termo de alteração do contrato de concessão, onde definiram-se:

- a) As tarifas a serem praticadas pela Concessionária:

Período de vigência			Tarifa por m³ de esgoto tratado	Variação real da tarifa
jun/11	a	mai/12	2,2500	
jun/12	a	mai/13	2,3288	3,50%
jun/13	a	mai/14	2,3753	2,00%

Ressalta-se que de acordo com a cláusula contratual do referido termo, os valores das tarifas retro mencionadas serão atualizadas anualmente, conforme metodologia determinada pelo Contrato de Concessão.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma as tarifas atualizadas e praticadas até 31 de dezembro de 2018 são:

Período de vigência			Tarifa por m ³ de esgoto tratado	Varição nominal da tarifa
jan/13	a	dez/13	2,4446	
jan/14	a	set/14	2,6092	6,73%
out/14	a	mai/15	2,8009	7,35%
jun/15	a	mai/16	3,0097	7,45%
jun/16	a	mai/17	3,4901	16,30%
jun/17	a	mai/18	3,5690	2,26%
jun/18	a	mai/19	3,6100	1,01%

A tarifa é reajustada conforme previsão de fórmula contratual, a qual incorpora os índices IGP-M, IGP-DI, INPC e a tarifa de energia elétrica, com regulação da ARES-PCJ.

- b) Extensão do prazo de vigência do Período de Concessão por 60 (sessenta) meses adicionais ao prazo originalmente fixado, estendendo a concessão até o 2º semestre de 2032.

1.3. Reversão do passivo a descoberto, capital circulante líquido negativo e de prejuízos acumulados

A Administração da Companhia está empenhada na reversão do atual cenário, que foram formados por um custo histórico defasado de tarifas previstas no Contrato de Concessão, bem como pelo custo financeiro de emissão das debêntures e investimentos realizados.

Desde 2011, com a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, este cenário de prejuízos acumulados vem sendo revertido.

Os acionistas também efetuaram aportes financeiros por meio de adiantamento para futuro aumento de capital com o objetivo de suprimento do caixa e manutenção do cumprimento de suas obrigações, permanecendo somente no aguardo da conversão em capital social com emissão de novas ações ao valor nominal de R\$ 1 (um real) cada. Fato este que aguarda a decisão em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e Assembleia Geral de Debenturistas (AGD). Os acionistas da Companhia garantem o apoio financeiro necessário para que a Companhia possa honrar suas obrigações vincendas a curto prazo.

Em decorrência da defasagem tarifária no início do contrato e buscando a viabilidade financeira da Companhia, a Assembleia Geral de Debenturistas alterou as condições e características das debêntures, conforme mencionado na Nota 8, impactando em redução significativa dos juros financeiros sobre as debêntures.

A Administração da Companhia, com base na avaliação do fluxo de caixa futuro da concessão, prevê aumento de receitas com base na atualização de tarifas, no mínimo de reposição inflacionária, e aumento de volume de tratamento, baseado em crescimento populacional e novas indústrias na região.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

1.4. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 27 de março de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

2.4.1. Divulgação de informações por segmento

As receitas da Companhia se concentraram somente na prestação de serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto - SP, consideradas uma única unidade geradora de caixa, não havendo outros segmentos de negócios a serem divulgados. Desta forma, o resultado da Companhia como um todo é o resultado do único segmento operacional e de controle da Administração.

2.4.2. Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e

saldos a receber da Agência Nacional de Águas - ANA. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.3 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4.6 Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48.

Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorressem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando tivesse sido estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por impairment eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia poderia mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.7. Ativo circulante e não circulante

▪ **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

▪ **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

▪ **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

Intangível: Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

▪ **Perda no valor recuperável (impairment):** Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

2.4.8. Passivo circulante e não circulante

▪ **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

▪ **Imposto de renda e contribuição social:** A companhia apresentou resultado positivo durante todo o exercício, como já era previsto optou-se pela apuração do lucro real por balancetes de suspensão e redução. Em razão da Companhia operar com prejuízo até o início do exercício, foram utilizados o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social para compensação dos mesmos.

▪ **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

▪ **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

▪ **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada que disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.9. Ajustes a valor presente (AVP)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita nos respectivos ativos e passivos, e se relevante, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

2.4.10. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receitas: A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua constra prestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

c) Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

d) Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.4.11. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.4.12. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) Tributos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

b) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.

2.5. Mudanças em políticas contábeis.

2.5.7. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2018

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

. IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Os impactos de adoção dessa norma não são materiais.

. IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Os impactos de adoção dessa norma não são materiais.

2.5.8. Novas normas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

A Companhia estima que a adoção dessa norma resultará na contabilização de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento nos valores de R\$ 41 e R\$ 43, respectivamente.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	133	241
Aplicações financeiras de curto prazo (CDB) (*)	71	304
	<u>204</u>	<u>545</u>

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro 2018 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 96% do CDI, contra 100% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber

4.1. Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber	3.080	3.290
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(82)	(153)
	<u>2.998</u>	<u>3.137</u>

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre os serviços públicos de tratamento dos esgotos urbanos domésticos e industriais do Município de Salto, em regime de concessão. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas considerando todos os títulos vencidos há mais de 180 dias. Mesmo assim a Companhia avalia suas contas a receber periodicamente para detectar possíveis perdas, mesmo estando dentro deste prazo.

4.2. Vencimento das contas a receber

Abaixo demonstramos a situação das contas a receber por vencimentos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	1.934	1.881
Vencidos até 30 dias	598	608
Vencidos de 31 até 60 dias	284	295
Vencidos de 61 até 180 dias	182	353
Vencidos há mais de 181 dias (PCLD)	82	153
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(82)	(153)
	<u>2.998</u>	<u>3.137</u>

4.3. Movimentação da PCLD

Saldo da PCLD em 31/12/2017	<u>153</u>
Baixas por recuperabilidade	(121)
Entradas por perdas	50
Saldo da PCLD em 31/12/2018	<u>82</u>

5. Tributos a Recuperar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante		
COFINS a Recuperar	148	61
PIS a Recuperar	32	14
IRPJ a Recuperar por Estimativa	-	254
CSLL a Recuperar por Estimativa	-	55
IRRF s/Aplicação Financeira	1	3
	<u>181</u>	<u>387</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas - Créditos tributários

Em 31/05/2017, a Companhia aderiu ao PRT (Programa de Regularização Tributária), conforme Medida Provisória 766, em que foi possível a amortização de parte da dívida com a utilização do seu crédito do prejuízo fiscal, adicionalmente, conforme parágrafo segundo do artigo segundo, a Companhia pôde transferir estes créditos a empresas controladas ou controladora, de forma direta ou indireta, ou seja, empresas do mesmo grupo econômico, sem ganhos ou perdas na operação. Entretanto, em 30/09/2017, o PRT foi migrado para o PERT conforme MP nº 783, e posteriormente convertido em Lei 13.496/2017, praticamente nas mesmas condições. Os contratos foram firmados a valor de face, sem vencimento definido, sem juros ou correção monetária, desta forma, foram reclassificados no início do exercício de curto para longo prazo. Foram constituídos créditos com as seguintes empresas do grupo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante		
Conasa Infraestrutura S.A.	-	3.709
Companhia Aguas de Itapema	-	3.815
Companhia Aguas de Santo Antônio	-	540
Sanetrat Saneamento S/A	-	614
	<u>-</u>	<u>8.678</u>
Ativo não circulante		-
Conasa Infraestrutura S.A.	3.913	
Companhia Aguas de Itapema	3.467	-
Companhia Aguas de Santo Antônio	324	-
Sanetrat Saneamento S/A	689	-
	<u>8.393</u>	<u>-</u>

7. Intangível

7.1. Composição:

	<u>31/12/2018</u>			<u>31/12/2017</u>		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial	73.916	(28.106)	45.810	72.015	(24.751)	47.264
Obras em andamento	-	-	-	56	-	56
Licença de uso de software	116	(115)	1	116	(92)	24
Indenização efetiva (*)	(1.800)	931	(869)	(1.800)	781	(1.019)
	<u>72.232</u>	<u>(27.290)</u>	<u>44.942</u>	<u>70.387</u>	<u>(24.062)</u>	<u>46.325</u>

(*) Em 2014, para definir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a Companhia recebeu da Prefeitura de Salto o montante de R\$ 1.800 que foram pagos em 15 parcelas, conforme termo aditivo de contrato nº 10 de 2011, mencionado na nota 1.2. Estes valores serão amortizados até o prazo final da concessão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Movimentação:

	31/12/2018			
	Contratos de concessão valor patrimonial e Indenização efetiva	Obras em andamento	Licença de uso de software	Total
Custo:				
Saldo inicial	70.215	56	116	70.387
Transferências	56	(56)	-	-
Adições	1.845	-	-	1.845
Saldo final	72.116	-	116	72.232
Amortização acumulada:				
Saldo inicial	(23.970)	-	(92)	(24.062)
Adições	(3.205)	-	(23)	(3.228)
Saldo final	(27.175)	-	(115)	(27.290)
Saldo inicial	46.245	56	24	46.325
Transferências	56	(56)	-	-
Movimentações líquidas	(1.360)	-	(23)	(1.383)
	44.941	-	1	44.942

7.3. Serviços de construção

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	1.845	55
Custo de construção	(1.845)	(55)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

7.4. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A Companhia assinou, em 5 de dezembro de 1996, o contrato de concessão juntamente com a Prefeitura Municipal de Salto/SP (poder concedente). Neste contrato estão acordados:

- A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgotos do tipo lodo ativado;
- Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existentes;
- Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelo serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O prazo de concessão é de 300 meses, iniciando na emissão da primeira “Autorização de serviços”, a qual ocorreu em setembro de 2007, sendo assim, o prazo de concessão se encerra em setembro de 2032. O contrato de concessão estabelece direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público, e prevê que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARES-PCJ.

A taxa média de amortização linear comparativa está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de amortização do intangível	<u>4,99%</u>	<u>4,99%</u>

Teste de impairment do intangível

A Companhia elaborou o teste de impairment do ativo intangível considerando como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final do contrato de concessão, considerando o crescimento vegetativo (3% a.a.), a inflação (4% a.a.), além do reajuste tarifário (4% a.a.), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (Wacc) de 9,79% a.a.. Se houvesse uma variação de 10% nas principais premissas incluídas no teste (taxas de crescimento vegetativo, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto), com todas as alterações consideradas isoladamente, não resultaria em um valor recuperável menor que o valor contábil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como resultado do teste de impairment, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures

8.1. Composição:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures (2ª emissão)	10.345	46.092	9.675	48.992
	10.345	46.092	9.675	48.992

8.2. Movimentação

Saldo inicial	58.667
(-) Pagamentos do principal	(6.511)
(-) Pagamentos de juros	(3.499)
Provisão de juros	7.780
	56.437

8.3. Primeira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de maio de 2004, foi deliberada e aprovada a primeira emissão de debêntures, privadas, escriturais e não conversíveis em ações, compostas de uma única série. Até 31 de dezembro de 2018 as debêntures não foram emitidas.

8.4. Segunda emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2004, foi deliberada e aprovada a segunda emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 36 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 36.000. A emissão das debêntures públicas foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 29 de setembro de 2004, com vencimentos anuais em 1 de junho dos anos subsequentes.

A remuneração pactuada para as debêntures era de 11,5% a.a. acrescida da variação ocorrida no período de 12 meses anterior no IGP-M, com vencimento todo dia 1º de cada mês, tendo como última parcela a data de 25 de maio de 2025.

8.5. Alteração nas condições e características das debêntures

Na Assembleia Geral de Debenturistas, em 26 de junho de 2014, foram aprovadas as alterações nas condições e características das debêntures, dando origem ao 3º

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aditamento à escritura da 2ª emissão das debêntures. As alterações provenientes destas determinações estão abaixo resumidas:

- As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços e Mercadorias (IGP-M) emitido pela Fundação Getúlio Vargas, a cada doze meses, a partir de 1º de julho de 2014;
- A partir de 26 de junho de 2014 a remuneração será de 6,25% a.a.;
- Alongamento do prazo da dívida para 120 parcelas mensais sucessivas, em que o primeiro vencimento será 26 de junho de 2015 e o último vencimento será dia 26 de maio de 2025;
- Pagamento de parcelas após 26 de setembro de 2015.

8.6. Amortização da dívida com debêntures

	<u>31/12/2018</u>
Vencimento em	
2019	10.345
2020	10.345
2021	10.345
2022	10.345
2023	10.345
Após 2023	4.712
	<u>56.437</u>

8.7. Condições Restritivas Financeiras - “Covenants”

A escritura das debêntures públicas está sujeita a cláusulas restritivas, a Administração acompanha tempestivamente estas condições, como forma de monitoramento e remediação com os debenturistas, quando necessário. A Companhia cumpre todas as cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2018.

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) vedação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio; (ii) vedação de redução do capital social; e (iii) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Não há *covenants* financeiros.

9. Encargos tributários a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
PIS a recolher	938	20
COFINS a recolher	204	92
Imposto de renda	36	-
Contribuição social	19	-
Outros impostos	7	14
Total	<u>1.204</u>	<u>126</u>

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes Relacionadas

10.1. Composição geral

	Ativo	
	31/12/2018	31/12/2017
CONASA - Infraestrutura S.A.	1.346	-

	Passivo	
	31/12/2018	31/12/2017
CONASA - Infraestrutura S.A.	-	1.112

Os saldos passivos referem-se a contrato de adiantamento para a realização de obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto.

O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre estas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas Companhias.

Os saldos a receber registrados no ativo não circulante e mantido com partes relacionadas está detalhado conforme Nota 6.

10.2. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia mantém um saldo a pagar de R\$ 165 em 31 de dezembro de 2018 referente as despesas dos serviços administrativos compartilhados pela acionista ao qual vem pagando conforme sua disponibilidade de caixa. Estão inseridos nestes serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Companhia, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas.

	Passivo	
	31/12/2018	31/12/2017
CONASA - Infraestrutura S.A. (a)	165	118

	Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017
CONASA - Infraestrutura S.A.	1.962	1.503

(a) Os valores correspondentes ao passivo dos reembolsos de serviços administrativos compartilhados estão inseridos no grupo de Fornecedores.

10.3. Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 304 (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.4. Debêntures com Partes Relacionadas

A coligada Conasa SPE S.A., adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. Está sendo amortizado em 120 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 26 de junho de 2015 e o último vencimento em 26 de maio de 2025. Em 28 de dezembro de 2015, a acionista Conasa Infraestrutura S.A. recebeu como aporte de capital debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A. Abaixo está apresentado os saldos a pagar com partes relacionadas, que estão registradas como Debêntures nas demonstrações financeiras:

	Quantidade	Passivo	
		31/12/2018	31/12/2017
CONASA - Infraestrutura S.A.	7.508	11.770	12.235
CONASA SPE S.A.	7.200	11.287	11.733
	14.708	23.057	23.968

11. Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

11.1. Composição por probabilidade de perda:

Probabilidade de Perda	Cível	
	31/12/2018	31/12/2017
Provável	118	118

A provisão de contingência no montante de R\$ 118, referem-se às causas cíveis onde são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Conseqüentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

11.2 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como remoto, e dessa forma, não existem causas possíveis a serem divulgadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

12. Passivo a descoberto

12.1 Capital social

O Capital social é de R\$ 2.000, totalmente subscrito e integralizado, rerepresentado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Número de ações	%	Número de ações	%
GPI Participações e Investimentos S.A.	1.000.903	50,05%	1.000.903	50,05%
CONASA - Infraestrutura S.A.	999.097	49,95%	999.097	49,95%
	2.000.000	100%	2.000.000	100%

12.2 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A Companhia mantém no patrimônio líquido o seguinte saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) com partes relacionadas:

	31/12/2018	31/12/2017
CONASA - Infraestrutura S.A.	12.574	12.574
	12.574	12.574

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão apresentados no patrimônio líquido, sem a possibilidade de sua devolução e dependendo de autorização dos debenturistas para o aumento de capital. A expectativa da administração da Companhia é de realizar a integralização deste AFAC quando da liquidação total das debêntures. O AFAC foi cedido pela GPI através do contrato de compra e venda de ações e seu primeiro aditivo em sua totalidade à CONASA Infraestrutura S.A. O adiantamento atende aos requisitos para registro no patrimônio, sendo: irrevogável e irretroatável, foi feito na moeda funcional da Companhia e já possui um número determinado de ações que serão emitidas e com valor fixo do aumento de capital.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita líquida

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta de serviços	24.989	23.553
Receitas de construção	1.845	56
Devoluções e cancelamentos	(295)	(262)
Tributos	(1.681)	(1.583)
	<u>24.859</u>	<u>21.764</u>

14. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custos com materiais e insumos na operação de esgoto	(1.864)	(1.625)
Mão de obra na operação	(709)	(639)
Custos com serviços de terceiros na operação de esgoto	(1.056)	(1.090)
Amortização do intangível e depreciação do imobilizado	(3.228)	(3.224)
Custo de construção	(1.845)	(56)
	<u>(8.703)</u>	<u>(6.633)</u>

15. Despesas comerciais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas com pessoal	(278)	(261)
PCLD	71	357
Despesas com informática	(340)	(305)
Outras despesas comerciais	(299)	(170)
	<u>(846)</u>	<u>(378)</u>

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	(2.671)	(2.059)
Aluguéis e locação	(105)	(96)
Serviços prestados por terceiros	(1.671)	(1.664)
Depreciação	(16)	(12)
Despesas com viagem	(75)	(67)
Despesas com Informática	(28)	(25)
Impostos, taxas e contribuições	(481)	(1.144)
Outras despesas	(159)	(211)
	<u>(5.205)</u>	<u>(5.278)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas Financeiras		
Receitas com juros	6	96
	<u>6</u>	<u>96</u>
Despesas Financeiras		
Juros e demais encargos sobre debêntures	(7.780)	(3.431)
Outros juros e multas	(38)	(36)
Juros sobre benefícios do PERT	(223)	140
Comissões e despesas bancárias	(361)	(351)
	<u>(8.402)</u>	<u>(3.678)</u>
	<u>(8.396)</u>	<u>(3.582)</u>

18. Instrumentos financeiros

a. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

b. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

	Categoria	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	204	204	545	545
Contas a receber	Custo amortizado	2.998	2.998	3.137	3.137
Partes Relacionadas	Custo amortizado	1.346	1.346	8.678	8.678
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	808	808	403	403
Partes Relacionadas	Custo amortizado	-	-	1.112	1.112
Debêntures	Custo amortizado	56.437	56.437	58.667	58.667

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e as debêntures referenciadas a IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

	Risco	Taxa atual	Saldo total	Valor em risco	Cenários		
					Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Ativo financeiro							
Aplicações financeiras	Redução da taxa CDI	6,42%	204	13	0	0	0
Passivo financeiro							
Debêntures	Aumento na taxa IGP-M	7,54%	56.437	4.255	(2.060)	(2.575)	(3.090)
			<u>56.233</u>	<u>4.242</u>	<u>(2.060)</u>	<u>(2.575)</u>	<u>(3.090)</u>

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa 4.1.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	989	14.377
Média ponderada de ações em circulação	2.000.000	2.000.000
Resultado por ações - básico - R\$	<u>0,4945</u>	<u>7,1885</u>

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia optou pela apuração do lucro real com balancete de suspensão ou redução levantados mensalmente, desta forma, acumulou lucros quase todos os meses, podendo assim utilizar-se dos créditos de prejuízos fiscais e bases negativas de períodos anteriores. A Companhia também utilizou estes créditos, com o advento do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, conforme lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, em que também poderia quitar débitos tributários com imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas, além de transferir créditos para empresas coligadas. Em dezembro de 2018 no momento da consolidação do PERT, em decorrência das variações nos cálculos da Receita Federal em relação aos da Companhia, houve ajustes nos saldos de prejuízos fiscais do Imposto de Renda e da base negativa da Contribuição Social. Abaixo temos o demonstrativo com os ajustes de saldo e utilização dos créditos:

a) Saldos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo fiscal	374	374
(+) Estorno de prejuízo fiscal utilizado em Coligadas	1.738	-
(-) Complemento de prejuízo fiscal utilizado em coligadas	(878)	-
(-) Complemento de prejuízo fiscal usado em débitos próprios	(656)	-
(-) Baixa por aproveitamento no exercício	(320)	-
Saldo de prejuízo fiscal	<u>258</u>	<u>374</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Base negativa da contribuição social	374	374
(+) Estorno da base negativa utilizado em coligadas	1.738	-
(+) Estorno da base negativa utilizado na controladora	5.705	-
(-) Complemento da base negativa utilizado em Coligadas	(301)	-
(-) Complemento da base negativa usado em débitos próprios	(655)	-
(-) Baixa por aproveitamento no exercício	(320)	-
Saldo da base negativa da contribuição social	<u>6.541</u>	<u>374</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Utilização dos créditos:

	IRPJ	CSLL
Saldo prejuízo fiscal e base negativa em 01/01/2017	31.446	31.446
Utilização do crédito para compensação de IR/CS no exercício 2017	(1.974)	(1.974)
Utilização do crédito para quitar débitos próprios no PERT	(3.564)	(3.564)
Utilização do crédito no PERT com empresas coligadas no exercício 2017	(25.524)	(25.524)
(=) Saldo prejuízo fiscal e base negativa em 31/12/2017	384	384
(-/-) Ajustes de utilização dos créditos em 2018	(180)	6.103
(=) Saldo de prejuízo fiscal e base negativa em 31/12/2018	204	6.487

A Companhia efetuou o registro contábil dos mesmos dentro do exercício de 2017 e em 2018 efetuou os ajustes de consolidação do PERT, conforme mencionado na Nota 6.

Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores. A administração da Companhia prevê que liquidará os créditos da base negativa da contribuição social já nos próximos exercícios, porém, não registrou os tributos diferidos ativos por ausência de expectativa de provável geração de lucros tributáveis.

Abaixo a reconciliação do IRPJ e CSLL com alíquota efetiva:

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.562	5.898
Alíquota Nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(531)	(2.005)
Ajustes da base tributável		
Despesas indedutíveis	-	653
Outras diferenças permanentes	-	32
Constituição/reversão do crédito de prejuízo fiscal e base negativa	62	9.890
IRPJ e CSLL s/prejuízos fiscais e base negativa	(104)	(91)
	(42)	10.484
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(511)	(1.411)
Diferido	(62)	9.890
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(573)	8.479
Alíquota efetiva	37%	-144%

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguros

A Companhia possui seguro de abrangente empresarial para danos materiais e lucros cessantes, da Estação de Tratamento de Esgoto e do Prédio Comercial, com vigência de 12/09/2018 a 12/09/2019 e 19/05/2018 a 19/05/2019, respectivamente. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Estação de tratamento de esgoto	21.900	6.000
Prédio comercial	600	
	22.500	6.000

Demonstramos a seguir, o limite máximo de indenização:

Cobertura	Limite máximo de indenização
Incêndio, raio e explosão	16.500
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	534
Danos elétricos	2.433
Danos materiais	17
Roubo e/ou furto qualificado de bens	52
Roubo de valores	30
Responsabilidade civil operações	112
Alagamento / inundação	100
Salvamento, limpeza e/ou desentulho	10
Tumulto, greve, lock-out	12
Perda ou pagamento de aluguel	23
Lucros cessantes	6.030
	25.853

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

22. Outros compromissos

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

Manoel Motta Netto
Diretor Administrativo/Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador PR 043806/O-1

*

*

*